

O APORTE MARXISTA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DA RESISTÊNCIA E DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Oswaldo Hajime Yamamoto

Professor do Departamento de Psicologia da UFRN

RESUMO

Na passagem das décadas de 70-80, emerge no Brasil uma produção educacional fortemente marcada pelos influxos da tradição marxista, em consonância com a tendência oposicionista do período. Tal produção assume características peculiares devido à convergência de um conjunto de fatores: a ausência de acumulação marxista pregressa nesse campo, o adensamento político propiciado pelo engajamento dos educadores no conjunto das lutas oposicionistas, a reorganização do campo educacional, com a reativação de eventos e entidades nacionais e o estabelecimento do sistema nacional de pós-graduação. O presente trabalho discute a natureza da incidência marxista, relacionando-a às condições históricas que conformaram tal produção intelectual.

ABSTRACT

This paper discusses the incidence of the Marxist thought on Brazilian educational literature in the late 1970s and early 1980s. The lack of former Marxist studies in Education, the reorganisation of the educators in the context of the struggle against the military regime, the creation of Post-Graduate programs with the multiplication of courses and the increase of scientific research in the universities are discussed as important conditions of the production of this literature.

INTRODUÇÃO

Nos derradeiros anos da década de 70 no Brasil, emerge uma produção educacional cujas características são sua forte inserção histórica, marcada inicial e fundamentalmente pela crítica aos governos militares que se sucederam ao golpe de abril de 1964 e sua fina sintonia com o *Zeitgeist*: conforme Netto (1990, p. 103), a entrada dos anos oitenta é configurada pela emergência "de um novo pensamento social de oposição, explicitamente reclamando-se de esquerda". Conquanto não fosse a única matriz teórico-política a enformar tal elaboração intelectual, é um fato notável o que Pécaut (1990) qualifica de "triunfo do paradigma marxista" (p. 259), tornando-se um meio de obtenção de uma identidade coletiva (p. 195).

É no contexto desse movimento que, em meio ao processo de "abertura política", extrapola o âmbito da contestação ao regime militar, assumindo um nítido caráter anti-capitalista, que se situa o objeto deste estudo: uma caracterização daquela vertente educacional que, buscando tácita ou explicitamente inspiração na obra de Marx e na tradição cultural marxista, emerge e consolida-se nesse período.

Convém fazer uma observação liminar: falar de incidência marxista significa, em rigor, identificar não somente aqueles autores/obras que se situam especificamente - declaradamente ou não - naquele terreno teórico-metodológico, mas também a influência difusa na produção educacional - o que poderia fornecer uma dimensão mais acurada da influência marxista. Nosso objeto, contudo, situou-se no primeiro grupo de influências, pela envergadura do próprio estudo. Ressalte-se, também, que nosso intento foi a busca das tendências gerais dessa produção que recebe os influxos marxistas, e nunca *classificar* autores ou textos marxistas.

OS INTELLECTUAIS E A TRANSIÇÃO PACTUADA

O período que se inicia em meados da década de 70 representa um importante momento de inflexão das relações Estado-oposição no Brasil, marcada por uma dupla mudança de estratégia. De uma parte, a falência do padrão de expansão econômica obriga o regime militar a buscar novas formas de legitimação política, promovendo uma descompressão das suas relações com a sociedade. De outra, o campo oposicionista, digerindo a traumática derrocada da alternativa armada, privilegia o caminho institucional no combate ao regime.

Esses são os vetores da (longa) transição brasileira: instaura-se uma espécie de *ethos democrático* no qual os atores (democráticos) envolvidos no processo deveriam, a qualquer custo, evitar o risco de uma possível regressão autoritária. O grande pacto ou o "acordo democratizante"¹ resultante (O'Donnell, 1988), não poderia deixar de ter suas ambivalências - uma delas, e talvez das mais importantes, quem e como seriam definidos os pactuantes?

A resposta é dada pela dinâmica desse processo, afigurando-se nitidamente assimétrica, conduzida ao sabor das regras *sempre* impostas pelo regime - com a eleição de setores (de elite) das oposições encasteladas no MDB e da Igreja Católica como interlocutores privilegiados. Abre, não obstante, a possibilidade de reorganização de setores ponderáveis do campo oposicionista,

até então à margem da vida política. Destaque-se, nesse cenário, três novos protagonistas - que se constituem em componentes vitais para a compreensão da dinâmica política do período: os movimentos de base, seculares ou vinculados à igreja (Alves, 1989; Cunha, 1991 e Sposito, 1993); o novo sindicalismo (Almeida, 1975; 1983 e 1988; Antunes, 1988; Keck, 1988; Rodrigues, 1990 e Vianna, 1980) e os novos partidos de extração popular, em especial, o Partido dos Trabalhadores - o "fato novo" do quadro político-partidário brasileiro, resultante da reforma eleitoral de 1979 (Alves, 1989; Keck, 1991; Lamounier & Meneguello, 1986; Lamounier, 1989; Moisés, 1982; Oliveira, 1986; Reis, 1988).

Nesse quadro de reestruturação oposicionista, é que os intelectuais se organizam, profissional e politicamente. Ganham especial destaque o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), deslocando o eixo da produção de conhecimento das universidades e instituições públicas (Cunha, 1979), e as entidades científico-profissionais, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outros. Os eventos científicos passam por um intenso processo de politização: o auge, a Reunião Anual da SBPC de 1977, inviabilizada na sede original (Fortaleza, CE), acaba sendo realizada, em meio a uma mobilização sem precedentes, na PUC-SP. É tal protagonismo político desse campo que leva Pécaut (1990), em sua análise do papel dos intelectuais no processo de abertura, a cunhar a expressão "partido intelectual".

A REORGANIZAÇÃO DO CAMPO EDUCACIONAL

A forma assumida pela rearticulação do meio intelectual - na qual o agudo processo de politização é avalizado pela competência acadêmica - repercute no campo educacional de forma relativamente linear. O notável dinamismo que este adquire resulta do entrecruzamento da reorganização política e acadêmica dos educadores, para a qual concorrem a reativação dos grandes

eventos e a criação de novas entidades nacionais, a revitalização editorial e a implantação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (com a mudança do *locus* privilegiado da pesquisa educacional).

O retorno dos grandes eventos marca um importante momento nessa reorganização política dos educadores: herdeiros das Conferências Nacionais de Educação promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE) ao longo de quarenta anos, as novas Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) passam a ocupar o centro do debate educacional na passagem da década de setenta para a de oitenta. Rigorosamente falando, essas CBEs redividas são precedidas por um Seminário Brasileiro de Educação realizado em Campinas (SP), no ano de 1978, no qual o tom foi um duro questionamento da política educacional do regime militar (Germano, 1993).

A temática das cinco CBEs, realizadas entre os anos de 1980 e 1988, mostra a evolução das preocupações dos educadores: a primeira, tinha por tema a atualíssima questão d" "A política educacional"; a segunda, apontando mudanças no horizonte, propunha o tema "Educação: perspectiva na democratização da sociedade"; a terceira, expressão das inflexões conjunturais, tem por tema "Da crítica às proposições". Os dois últimos encontros já são conseqüências do lema da terceira CBE: "A educação e a constituinte" e "A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" constituem-se em tentativas de inserção dos educadores não mais no nível do questionamento, mas de proposição de alternativas concretas.

Esses eventos só se tornam possíveis graças à (re)estruturação de entidades em nível nacional: dentre as mais expressivas, destacam-se nesse período, o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), encastelada na Universidade Estadual de Campinas (fundada em março de 1979), a Associação Nacional de Educação (ANDE), no Rio de Janeiro (fundada em agosto de 1979) e a Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPEd), com marco inaugural em reunião realizada na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (reunião em março de 1978).

Com características bastante diferenciadas, cada uma delas, a seu modo, contribuiu para o debate educacional do período, de duas formas específicas ao menos: a viabilização dos eventos de expressão nacional e a publicação de periódicos especializados, veículo de socialização do debate concentrado nos grandes centros e nos próprios eventos.

Contudo, se nosso foco de atenção recai sobre a produção educacional do período, é inquestionável que é a implantação dos programas de pós-graduação em educação no Brasil o componente mais expressivo. De fato, dos 48 cursos registrados no levantamento de 1992, 65% haviam sido criados na década de setenta. A necessidade da produção de trabalhos contendo reflexões originais acerca das questões educacionais faz com que se abra um momento fecundo da pesquisa educacional no Brasil. Cunha (1979) chega, inclusive, a propor a emergência de uma quarta fase da pesquisa educacional brasileira, na sucessão da periodização proposta por Gouveia (1970, 1976), centrada agora nos programas de pós-graduação.

O ACÚMULO DE DISCUSSÃO MARXISTA NO BRASIL

É, pois, a pós-graduação nascente o *locus* privilegiado da produção intelectual que busca inspiração na tradição marxista - e que vai nutrir os eventos, publicações, enfim, o debate educacional do período.

Tal produção, além dos condicionantes históricos aos quais procura dar resposta, é fruto das próprias condições de acumulação do debate marxista no Brasil.

Sem pretender fazer uma rígida periodização, é possível, todavia, traçar as grandes linhas desse processo. Estabelecemos como ponto inicial desse percurso a revolução de outubro de 1917. De fato, no período anterior à segunda década deste século, praticamente não há referências acerca da penetração do pensamento de Marx no Brasil, o que pode ser explicado pelo fato de uma parte substancial de sua produção ter vindo a público somente após a fundação do Instituto Marx-Engels, na década de vinte e porque é a vitória dos bolcheviques que, conferindo materialidade às proposições do

“socialismo revolucionário”, dá novo impulso à tarefa de internacionalizar a revolução - aparecendo aí com destaque, a participação da Internacional Comunista (IC).

Tal é o contexto internacional no qual são dadas as condições para a organização do Partido Comunista do Brasil (PCB), cujos intelectuais serão, doravante, os responsáveis pela “elaboração teórica, política e ideológica” da “precária acumulação do pensamento marxista no Brasil” até meados da década de cinquenta (Netto, 1990, p. 106).

E é o PCB o responsável pelo virtual monopólio da produção/difusão do pensamento marxista no Brasil até meados da década de 50. Esta produção acompanha *pari passu* os *tournants* do movimento comunista internacional, sob a égide do stalinismo. E, evidentemente, as matrizes dessa produção obedecem aos ditames do marxismo-leninismo oficial.

Em meados da década de 50, após o XX Congresso do PCUS - com a divulgação do “relatório secreto” por parte de Krushev, três anos após a morte de Stalin, é que o quadro assume nova configuração. Em meio a uma profunda crise, seguida anos depois pela cisão dos comunistas, inicia-se o processo de desestalinização no seio do PCB. Abre-se, assim, um momento de revisões internas e de produção original no partido, expresso em publicações diversas, ficando o destaque para a revista *Estudos Sociais*.

No entanto, o PCB não detinha mais o monopólio da produção marxista. É o momento em que instituições situadas fora do campo político partidário - como o do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), especialmente com Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré -, acadêmicas - como o caso da Universidade de São Paulo, em especial, os “Seminários sobre Marx”, capitaneados por Florestan Fernandes - e isoladas - como é o caso da Revista Brasiliense, de Caio Prado Jr. -, começam a ocupar o espaço destacado na produção marxista.

Este momento de diversificação da produção e rica interlocução é quebrado com o golpe civil-militar de 1964: conquanto Schwarz (1970) argumente que a esquerda não perde a hegemonia política nos anos iniciais do

regime militar, é inquestionável que o impacto repressivo se faz sentir, colocando um ponto final naquele momento de evolução do pensamento marxista no Brasil.

Os anos do “vazio cultural”, conforme denomina Alceu de Amoroso Lima, trazem marcas profundas nesse movimento: o debate cessa no âmbito acadêmico, esvaziado e severamente controlado - e a veiculação do pensamento marxista virtualmente restrito às organizações de esquerda clandestinas, no contexto da “formação de quadros”.

É com a reorganização do campo oposicionista, em meados da década de setenta, que a discussão marxista volta à tona. É de forma expressiva: no entender de Pécaut (1990, p. 195), é o marxismo que se torna “o meio de se atingir uma identidade coletiva”.

É importante destacar a dinâmica da elaboração intelectual do período - sob o paradigma marxista, conforme Pécaut -, não somente propicia a (re)inserção política dos intelectuais, mas está indelevelmente marcada, em sua constituição, pela necessidade imperiosa e inadiável de nutrir as lutas oposicionistas do período. As características dessa produção, contudo, diferem das fases anteriores: abre-se um novo momento da produção/difusão do pensamento inspirado na tradição marxista, de vez que a forma de vinculação com o movimento popular/intervenção política passa a ser *mediada pela academia*, com requerimentos mais ou menos exigentes em conformidade com os próprios padrões de excelência das instituições de origem, no contexto do movimento da *profissionalização*⁹ dos intelectuais do período.

Em suma, o percurso da produção/divulgação do pensamento inspirado em Marx aponta um trânsito do monopólio do âmbito partidário para uma *virtual* exclusividade do marxismo no âmbito da academia, intermediando a intervenção na realidade inclusiva. Isto representa, também, a passagem do monolitismo da codificação marxista-leninista da III Internacional para uma ampla gama de leituras de Marx, por parte de seus intérpretes e exegetas.

A INCIDÊNCIA MARXISTA NA PRODUÇÃO EDUCACIONAL DOS ANOS 70/80

É na confluência desses condicionantes - reorganização do campo oposicionista, no interior do qual se situam os intelectuais e, especificamente, os educadores, e de retomada da reflexão marxista após os anos do "vazio" - que a produção educacional que busca inspiração na tradição marxista deve ser situada.

Sem pretender estabelecer uma periodização rígida, nem tampouco uma taxionomia de tendências do pensamento educacional marxista, é possível, sem embargo, delinear em grandes linhas a incidência dessa tradição teórico-política.

Seguindo a lógica proposta, é possível identificar uma primeira linha de influxos marxistas em meados da década de setenta. A retomada do debate marxista, no âmbito acadêmico, faz-se sob forte influência das teorias da reprodução: desde autores mais claramente identificados com as teses marxistas - como são os casos de Althusser, Baudelot e Establet - até aqueles que incorporam perspectivas teóricas diversificadas - como são os casos de Bourdieu e Passeron.

A presença dos autores vinculados à tradição marxista pode ser detectada nas bibliografias e no corpo das análises, de forma mais ou menos explícita, por duas entradas distintas: de uma parte, em alguns estudos realizados fora do Brasil, seja por pesquisadores brasileiros ou não; de outra, estudos conduzidos em instituições nacionais onde a presença de literatura marxista ainda que incipiente, é real.

A título ilustrativo, dentre os textos que circularam no período, figuram "Educação e Dependência" de Manfredo Berger (1980), "História da Educação no Brasil" de Otaíza Romanelli (1983) e "Escola, Estado e Sociedade" de Barbara Freitag (1980), entre os primeiros, e "História da Educação Brasileira" e "Introdução à História da Educação Brasileira" de Maria Luiza Santos Ribeiro (1978, 1979), "Educação e Estrutura Social" de Mirian J. Warde (1979), "Capitalismo e Educação" de Wagner Rossi (1978) entre os segundos.

Tais estudos refletem, cristalinamente, as condições de sua produção: seja a formação teórico-política forjada na militância, através das codificações dos manuais marxista-leninistas utilizados na preparação de quadros, seja a incorporação dos modelos teóricos em voga na academia, feita não raro sob a premência das exigências do alinhamento dos educadores nas lutas políticas do momento. A grande questão que se colocava para os educadores, naquele momento, era a interpretação e a crítica da política educacional do regime militar, contribuição especializada na luta mais ampla de combate oposicionista.

Na virada da década de setenta, contudo, observa-se um momento de inflexão. A produção educacional que busca inspiração na tradição marxista no Brasil *muda de interlocução*: do combate aos governos militares e suas políticas para a educação, esta centrará suas baterias em alvos situados dentro do campo educacional mesmo, seja nas antigas concepções tecnicistas, seja nas concepções “reprodutivistas”. “Passado o momento mais enfático da negação, diz Cury (1981, p. 163), há que aprofundar os caminhos da negação da negação, isto é, uma afirmação qualitativamente superior da educação na realidade brasileira”. “Reprodutivista”, assim, passa a assumir uma conotação claramente negativa - pejorativa mesmo - e a referência anterior aos autores identificados com essa orientação teórica, particularmente Althusser, ser considerados uma espécie de mácula no currículo dos educadores

A partir de então, observa-se a emergência de um conjunto de obras mais claramente inspirada em autores situados dentro da tradição marxista, com uma preocupação de trazer contributos mais substantivos em termos de propostas educacionais visando a iminente alternância de poder.

Ocupa lugar central, nesse momento, a Pós-Graduação da PUC-SP, em especial, o programa de doutorado centralizado na figura de Dermeval Saviani. As primeiras turmas do programa são constituídas por educadores com uma trajetória firmemente estabelecida que, por razões diversas, não tiveram condições para realizar sua titulação fora do Brasil. São os casos de Luiz Antonio Cunha, Carlos R. Jamil Cury, Mirian J. Warde, Osmar Fávero, Paolo Nosella, Guiomar Namó de Mello, Gaudêncio Frigotto, entre outros.

A exigência da intervenção, posta, tem duas conseqüências: de uma parte, uma tentativa de coordenação das investigações de forma a garantir uma maior abrangência temática; de outra, a busca de um referencial teórico-metodológico que se adequasse a tal propósito. É o momento em que as leituras gramscianas entram no panorama educacional com mais vigor - via PUC-SP (Nunes, 1991; Simionatto, 1995).

Dermeval Saviani, identificado como um dos introdutores, no meio acadêmico, do pensamento gramsciano, afirma que naquele momento iniciara, com o grupo, uma leitura mais sistematizada de sua obra (Simionatto, 1995, p. 117). Conforme Simionatto (1995, p. 118), o pensamento gramsciano era buscado no sentido de "compreender a problemática educacional no contexto do desenvolvimento histórico e social e perceber em que medida se poderia construir uma teoria da escola na luta pela transformação da sociedade". E, nas palavras do próprio Saviani: "Nesse sentido (...) é que o pensamento de Gramsci se revelava com uma certa fecundidade para trabalhar esta problemática".

A preocupação com a intervenção e a inspiração gramsciana estão expressas em diversos textos do período, como "Educação e Contradição" de Jamil Cury (1985) e "Magistério de 1º Grau" de Guiomar Namó de Mello (1982). O primeiro deles constitui-se em um texto particularmente valioso, por retratar o embate teórico-político no qual esse segmento dos educadores estava envolvido: o combate à *reprodução* como a categoria predominante, substituindo-a pela da *contradição*.

Seria difícil generalizar para a produção do grupo, as características apontadas. Certamente elas existirão em maior ou menor grau, conforme as próprias convicções teóricas dos protagonistas. Contudo, não parece desarrazoado hipotetizar que esse momento constituiu-se em um importante marco da mudança dos influxos marxistas. Alegoricamente, poderíamos dizer que se tratou da passagem de Althusser para Gramsci.

Também não é possível identificar toda a produção expressiva do período como oriunda do grupo PUC-SP. Enfatizamos apenas a centralidade da PUC-SP no debate educacional do período: núcleo produtor de

pensamento original, aglutinador, formador e difusor do pensamento marxiano no campo educacional do Brasil do período.

A produção que se desenvolve, paralela e, sobretudo, como desdobramento desse momento, aponta para uma ampliação do leque de perspectivas de análise e de inspirações teóricas. É possível observar trabalhos que se situam estrita ou fundamentalmente dentro dos marcos teóricos e da problemática posta pela tradição marxista - como é o caso das obras "Educação, Saber, Produção em Marx e Engels" de Maria Alice Nogueira (1990), "Politecnia, Escola Unitária e Trabalho" de Lucília Machado (1989), ou a anterior "A produtividade da escola produtiva" de Gaudêncio Frigotto (1986); outros que ampliam os horizontes da problemática marxiana, caminhando na direção de questões especificamente pedagógicas, como é o caso de "Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos", de José C. Libâneo (1986); outros ainda que, utilizando o balizamento marxista, incorporam aportes teóricos outros, como os casos de "Educação, Estado e Democracia no Brasil" de Luis A. Cunha (1991) ou "A Ilusão Fecunda" de Marília Sposito (1993).

Essa última produção é marcada não somente pela diversificação, mas também por um manejo mais acurado das fontes marxistas: o momento inicial, de aproximação com relação àquele referencial teórico-metodológico chegou ao seu termo. A marca da última produção, tomada em bloco, parece estar mais próximo da profissionalização dos educadores, nos moldes definidos por Pécaut para o conjunto dos intelectuais do campo das humanidades no período da transição democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UM BALANÇO

Diversas questões podem ser levantadas quanto às características dessa produção. Certamente, um exame acurado detectará que a produção inicial estará marcada pelo próprio estado-da-arte da reflexão educacional e marxista do momento. Diante das exigências de dar respostas, em nível analítico no momento da resistência, e propositivo no momento da transição, a produção

educacional que buscou inspiração na letra marxiana mostrará suas debilidades: aproximações indiretas, pouca densidade nas análises, um certo açodamento nas conclusões (Nosella, 1987; Frigotto, 1993). Também a propriedade do aporte marxista pode ser alvo de questionamento: a forma muitas vezes linear com a qual a obra gramsciana foi tomada, o uso e o abuso de determinados intérpretes, mais ou menos qualificados, da obra marxiana, leituras exegéticas - filológicas sim, nas não históricas, como lembra Nosella (1992).

Gaudêncio Frigotto (1993, p. 1), inquirido sobre o estatuto atual da produção educacional inspirada em Marx, fornece um retrato pouco alentador: "Primeiramente, acho que (o marxismo na educação) é muito recente (...) e muito pequeno. Pequeno no sentido da massa de pessoas que trabalham com certo rigor (...) o pensamento marxista. E hoje, ele está numa inflexão brutal. Ele sequer sedimentou tanto na área da educação e já está num refluxo".

De fato, se consideramos o período da criação do programa de doutorado da PUC/SP como um marco, antecedido apenas por uma esparsa produção teórica, estamos falando de um lapso temporal extremamente reduzido. Nestes vinte anos, a produção emerge, alcança o seu apogeu no bojo do processo de mobilização oposicionista, enformado e hegemonizado pelo paradigma marxista (Pécaut, 1990), e entra em declínio. Evidentemente - levando-se em consideração a distinção proposta por Evaldo A. Vieira, de que há tanto obras de envergadura quanto simples expressão de neófitos (1993, p. 2ss) -, parece inquestionável que houve um avanço na forma de operação com o referencial teórico-metodológico marxista. Do ponto de vista do domínio do arcabouço teórico marxista, tendo pago pesado tributo pela adversidade das condições da sua produção, com não poucos problemas formais e algumas arestas não aplainadas no tocante à propriedade do apelo a Marx, o conhecimento *alusivo* cede lugar ao conhecimento *efetivo*.

Restaria ainda uma questão fundamental a ser respondida, uma vez que nossa referência é a inserção acadêmica dessa produção: podemos afirmar que houve um efetivo avanço, com a introdução decisiva dessa matriz teórico-metodológica, no desvendamento das questões educacionais no Brasil?

Evidentemente, trata-se de uma questão de difícil abordagem. Se uma contribuição mais substantiva para a dilucidação das questões educacionais não tenha aflorado - e talvez essa hipótese não esteja longe da realidade, duas conseqüências parecem indiscutíveis: de uma parte, a vigorosa produção levantou um conjunto de questionamentos acerca da realidade educacional, recolocando os condicionantes sociais no debate; de outra, ela possibilitou um acúmulo inicial de discussões, de modo a que pudesse vir à tona uma produção qualitativamente superior desde então.

Conforme afirmava Machado de Assis ao prefaciar uma de suas obras da fase romântica, *cada obra pertence ao seu tempo*. Essa produção, com as virtudes e as debilidades que podem ser apontadas, é profundamente marcada pelas exigências e condições do seu tempo: seja a da resistência ao regime militar, seja a transição democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. O Sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate & Crítica*, v. 6, p. 49-74, 1975.
- _____. O Sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ, B., MIRANDA, M. H. Tavares de. (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 191-214.
- _____. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: REIS, F. W., O' DONNELL, G. (Orgs.). **A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 327-367.
- ALVES, Maria Helena M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANTUNES, Ricardo. **A Rebelião do trabalho**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

- COUTINHO, Carlos N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N., NOGUEIRA, M. A. (Orgs.), **Gramsci e a América Latina**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 103-127.
- CUNHA, Luiz A. Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, **Seminários Sobre a Produção Científica em Educação**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, MEC-CAPES, 1979.
- _____. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez/EDUFF/FLACSO, 1991.
- CURY, Carlos R. J. A propósito de **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. *Educação & Sociedade*, 9: 155-163, 1981.
- _____. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- _____. *Entrevista*. Rio de Janeiro, 09 set. 1993.
- GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil (1964/1985)**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- GOUVEIA, Aparecida J. A pesquisa educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 1: 1-48, 1970.
- _____. A pesquisa sobre educação no Brasil: de 1970 para cá. *Cadernos de Pesquisa*, 19: 75-79, 1976.
- KECK, Margaret E. O "novo sindicalismo" na transição brasileira. In: STEPAN, A. (Org.), **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 381-440.
- _____. **PT: A lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.

- LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias**. São Paulo: Loyola, 1989.
- LAMOUNIER, Bolívar, MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIBÂNEO, José C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1986.
- MACHADO, Lucília R. de S. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- MELLO, Guiomar N. de. **Magistério de 1º grau**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.
- MOISÉS, José A. **Lições de liberdade e de opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1990.
- NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.
- NOSELLA, Paolo. Trabalho e Educação. In: GOMEZ, C. M. (Org.), **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987. p. 27-41.
- _____. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- NUNES, Clarice. A la recherche de Gramsci. **Cahiers du Brésil Contemporain**, 15: 127-149, 1991.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco de. E agora, PT?. **Novos Estudos CEBRAP**, 15: 32-43, 1986.
- REIS, Fábio W. Partidos, ideologia e consolidação democrática. In: REIS, F. W., O'DONNELL, G. (Orgs.), **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 296-326.
- RIBEIRO, Maria Luisa S. **Introdução à História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

- _____. **História da Educação Brasileira (A organização escolar)**. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos e sindicatos**. São Paulo: Ática, 1990.
- ROMANELLI, Otaíza O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e Educação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.
- SPOSITO, Marília P. **A Ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969. *Les Temps Modernes*, 288: 37-73, 1970.
- VIANNA, Luiz W. ABC 1980: a dura luta pela conquista da cidadania operária. *Temas de Ciências Humanas*, 9: 219-227, 1980.
- VIEIRA, Evaldo A. **Entrevista**. São Paulo, 27 ago. 1993.
- WARDE, Mirian J. **Educação e estrutura social (A profissionalização em questão)**. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

NOTAS

- ¹ Vale assinalar que a “transição pactuada”, além de significar a sujeição, por parte dos atores democráticos, de exigências estratégicas vinculadas ao imperativo de evitar a regressão autoritária (O’Donnell, 1988), tem novamente o sabor de uma “solução pelo alto”, nos termos definidos por Coutinho (1988, p. 107): elitista e antipopular, na medida em que marginaliza o protagonismo dos (combativos) setores populares mais à base.
- ² “Profissionalização” adquire, em Pécaut (1990), o significado da interposição das exigências acadêmico-científicas rigorosas na reflexão teórica do campo marxista, em substituição àquela umbilicalmente vinculada às atividades político-partidárias. Em outras palavras, o deslocamento da reflexão teórica do campo propriamente político (leia-se, fundamentalmente, o Partido Comunista Brasileiro) para dentro da academia. No caso brasileiro, ainda seguindo o (polêmico) pensamento do autor francês, a produção intelectual assim desenvolvida não ficaria apartada da ação política; ao contrário, o peso da academia *avalizaria* a ação política.